

preparatória do certame, vedando a previsão genérica; (iii) observa os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006, especialmente quanto à exclusividade de itens até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e à reserva de cotas de até 25% para ME e EPP; (iv) institui mecanismos de transparência e fomento à ampla participação, como cadastro próprio de fornecedores locais e regionais, padronização de especificações e divulgação das regras de participação em sítio oficial; e (v) respeita as hipóteses de inaplicabilidade previstas no art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006.

Além disso, no item 2.5.1 do Edital, consta a justificativa para a realização da licitação regionalizada, com a indicação da existência de fornecedores locais aptos ao atendimento do objeto, de modo que, em exame preliminar, não se evidencia ilegalidade manifesta.

Quanto ao valor, conforme reconheceu a própria Representante, todos os 35 (trinta e cinco) lotes não ultrapassaram o valor de limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Destaco, ainda, que a mera circunstância de apenas uma empresa ter participado do certame não conduz, por si só, à conclusão de ofensa à competitividade, pois a Administração não detém poder para compelir empresas habilitadas a se sujeitarem à disputa.

No tocante ao periculum in mora, registro que, ausente a plausibilidade jurídica mínima da pretensão, torna-se desnecessária sua apreciação, tendo em vista a exigência cumulativa de ambos os requisitos para o deferimento da tutela provisória.

Ademais, eventual ilegalidade poderá ser examinada no curso da instrução, com possibilidade de anulação de atos viciados, o que reforça a reversibilidade da situação e afasta o risco de perecimento do direito invocado.

Assim, considerando que a suspensão de procedimento licitatório constitui medida excepcional, a ser adotada somente diante de elementos concretos e inequívocos de urgência e plausibilidade jurídica, os quais não se fazem presentes neste momento, não verifico os pressupostos autorizadores para a concessão da medida pleiteada.

Outrossim, o presente momento processual não se afigura adequado para o exame meritório dessas alegações, sob pena de indevida invasão do mérito em fase de apreciação de tutela de urgência do feito.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 1º, XX; 96, IV e IX; 97, I; 191, III; 192 e 195 do RITCE/MT, **DECIDO** no sentido de **admitir** a presente RNE, com pedido de tutela provisória de urgência, proposta pela empresa Emporio Eventuall Ltda., representada legalmente pela Sra. Maria Angela de Lima, em face da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio, e **indeferir** o pedido de tutela provisória de urgência, em razão da ausência dos requisitos legais para a sua concessão, sem prejuízo de ulterior e mais aprofundado reexame da matéria ora suscitada na presente Representação, quando de sua análise meritória.

Publique-se.

[1] Doc. 647989/2025, p. 1.

[2] Doc. 649061/2025.

[3] Doc. 649327/2025.

[4] Doc. 649331/2025.

[5] Doc. 649333/2025.

[6] Doc. 649336/2025.

[7] Doc. 652235/2025.

[8] Processo n.º 17.877-2/2013.

FISCALIZADOS

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-ARIS-MT

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 49 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal n.º 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal n.º 14.026/2020, bem como na Resolução ANA n.º 161/2023.

CONSIDERANDO que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT tem por competência normatizar, regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico e suas respectivas tarifas, prestados de forma direta e indireta por meio de delegação à iniciativa privada por intermédio de concessão.

CONSIDERANDO a Norma de Referência ANA n.º 03, que dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não

amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 20 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

CONSIDERANDO o art. 23 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, que estabelece que a entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, editará normas relativas às dimensões técnicas, econômicas e sociais de prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo tramitando sob o Memorando nº 185/2025 da ARIS MT.

RESOLVE:

Aprovar esta Resolução, que dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS MT.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta resolução dispõe sobre metodologia de indenização de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados dos contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS MT.

Art. 2º – Esta Resolução aplica-se aos contratos de programa e de concessão para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário celebrados antes e depois de sua vigência.

Parágrafo único – Os contratos celebrados antes da vigência desta Resolução poderão incluir dispositivos mediante acordo entre titular e prestador de serviços, desde que ouvida a ARIS MT e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 3º – Para os efeitos desta norma, são adotadas as seguintes definições:

I – ativo: recurso econômico presente controlado pela empresa como resultado de eventos passados;

II – base de remuneração regulatória: valor atribuído pela Entidade Reguladora Infranacional (ERI) ao conjunto de bens vinculados e imprescindíveis à prestação dos serviços públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, tais como redes de água e esgoto, estações de tratamento de água e esgoto, estações elevatórias e reservatórios, com vistas a encontrar o valor da remuneração de capital e a quota de reintegração do capital;

III – bens vinculados à operação: conjunto formado pela soma dos bens não reversíveis e bens reversíveis que atende ao objeto do contrato;

IV – contratos existentes: contratos firmados até a data de publicação desta norma;

V – contratos futuros: contratos firmados após a publicação desta norma;

VI – índice de aproveitamento: fator de ajuste aplicado aos investimentos ociosos;

VII – investimentos incrementais extraordinários: Investimentos necessários realizados ao longo do prazo contratual, por demanda do Poder Concedente ou da ERI; e

VIII – sistemas integrados: conjunto de bens reversíveis utilizados nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário que atende mais de um município.

CAPÍTULO II

BENS REVERSÍVEIS

Art. 4º – Consideram-se bens reversíveis aqueles vinculados à operação e imprescindíveis para a continuidade da prestação do serviço.

§ 1º – São classificados como bens reversíveis, exemplificativamente:

I – redes de água e esgoto;

II – estações de tratamento de água e esgoto;

III – estações elevatórias;

IV – reservatórios; e

V – Poços artesianos;

VI – Terreno e edifício sede da companhia;

VII - softwares específicos cuja utilização seja essencial para a prestação dos serviços, como programas técnicos, de análise e processamento de dados.

§ 2º – Não são considerados bens reversíveis aqueles cuja característica funcional é de um bem comum, capaz de atender as demandas de outros serviços após o término do contrato de prestação de serviços, tais como:

I – softwares de gestão corporativa;

II – máquinas e equipamentos de uso geral;

III – móveis e utensílios;

IV – veículos administrativos; e

V – tratores.

§ 3º – Os bens não reversíveis poderão ser adquiridos pelo novo prestador, desde que pactuado com o prestador de serviço anterior.

Art. 5º – Serão considerados reversíveis e não indenizáveis os bens cedidos ou transferidos ao prestador de serviço pelo Poder Público a título não oneroso.

Parágrafo único. Os investimentos de melhoria, necessários para a manutenção do funcionamento dos bens de que trata o caput, desde que aprovados pela ARIS MT, estarão sujeitos a indenização.

CAPÍTULO III

SISTEMAS INTEGRADOS

Art. 6º – Os sistemas integrados serão indenizados ao prestador de serviço, quando couber, pelos municípios conectados às instalações, na proporção devida, ou pelo novo prestador que assumirá o serviço, a critério dos titulares.

§ 1º – A proporção devida de que trata o “caput”, será definida por norma da ARIS-MT para rateio da cota-parte de responsabilidade de indenização para cada município, e esta proporção poderá considerar os seguintes critérios:

I – volume faturado;

II – volume macromedido;

III – número de economias ativas;

IV – população atendida; ou

V – outro critério definido e justificado pela ARIS MT.

§ 2º – Nos casos em que houver prestação regionalizada, nos termos do inciso VI, art. 3º da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a obrigação de indenizar permanecerá sob responsabilidade dos municípios conectados aos sistemas integrados.

Art. 7º – Os municípios afetados pelo encerramento de contratos com o prestador de serviço responsável pela operação de sistemas integrados de saneamento básico, mediante a indenização cabível, têm o direito de permanecer conectados às instalações.

Parágrafo único. Os investimentos de melhoria, necessários para a manutenção do funcionamento dos bens de que trata o caput, desde que previamente aprovados pela ARIS-MT, poderão estar sujeitos a indenização.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIAS DE INDENIZAÇÃO

Seção I

Das Informações Necessárias para Cálculo das Indenizações

Art. 8º – Para fins de indenização dos investimentos não amortizados ou depreciados, é obrigatória a apresentação, pelo prestador de serviço, das seguintes informações à ARIS-MT:

I – inventário de bens reversíveis atualizado;

II – demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente;

III – laudos técnicos específicos, quando necessários, elaborados por pessoa jurídica especializada independente;

IV – demonstrativos financeiros desagregados por município e/ou contrato.

§ 1º – A ARIS-MT deverá auditar e certificar anualmente os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos, conforme o art. 42, § 2º, da Lei nº 11.445, de 2007.

§ 2º – Toda auditoria, certificação, elaboração de laudos técnicos e outros documentos para fins da observância desta norma, deverão atender às restrições de conflito de interesses dispostas no art. 3º, I, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e no art. 119 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Seção II

Do Custo Histórico Corrigido

Art. 9º – O Custo Histórico Corrigido – CHC – para fins desta norma, considera o custo de aquisição ou construção do bem registrado na contabilidade, atualizado por índices inflacionários.

§ 1º – Para os contratos existentes e omissos quanto à adoção de índices inflacionários, a ARIS-MT indicará os índices a serem adotados para atualização dos valores registrados na contabilidade, apresentando as devidas justificativas na escolha do índice e respeitando a legislação vigente.

§ 2º – Para fins desta norma, os bens reversíveis não amortizados ou depreciados deverão passar por teste de recuperabilidade (impairment) com objetivo de excluir os efeitos de apropriações indevidas ou ineficientes nos registros contábeis.

Art. 10 – Para fins de aplicação de metodologia de Custo Histórico Corrigido – CHC – além das informações previstas no art. 8º, é necessária a apresentação dos documentos comprobatórios de aquisição e construção dos bens e instalações referentes aos investimentos ainda não amortizados ou depreciados.

Seção III

Do Valor Novo de Reposição

Art. 11 – O Valor Novo de Reposição – VNR – é o valor de um bem novo, idêntico ou similar ao avaliado, que pode ser obtido a partir do banco de preços de referência.

§ 1º – O VNR é determinado pelo valor de fábrica do equipamento principal somado aos componentes acessórios, custos adicionais e juros **sobre obras em andamento**.

§ 2º – Os bens e os respectivos valores considerados no cálculo da indenização por VNR são aqueles listados por inventário físico dos ativos, auditados por uma entidade independente contratada pelo prestador do serviço e homologados pela ARIS-MT.

§ 3º – A indenização pelo VNR considerará o valor novo de reposição, descontada a depreciação física, de forma a incorporar o desgaste **dos ativos**.

§ 4º – São permitidos os bancos de preços de referências instituídos pela ARIS-MT, ou por ela homologados, ou instituídos pela ANA.

Seção IV

Do Valor Justo

Art. 12 – O Valor Justo, para fins desta norma, corresponde ao valor calculado com base no valor presente do fluxo de caixa estimado para o prazo remanescente do contrato.

Parágrafo único. O fluxo de caixa para o cálculo do valor justo deve refletir a performance da concessão.

Art. 13 – Para cálculo do Valor Presente Líquido, será utilizada a mesma fórmula ou índice de preços previsto em contrato para a taxa de desconto utilizada para fins de reequilíbrio econômico-financeiro ou aquela estabelecida pela ARIS-MT.

Art. 14 – Na elaboração do Fluxo de Caixa, para fins de indenização, deverão ser considerados os dados reais do prestador até a data do encerramento contratual, que servirão de referência para as projeções futuras.

Parágrafo único. A projeção do Fluxo de Caixa deve seguir as regras descritas no contrato sobre a projeção de Fluxo de Caixa para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

CAPÍTULO V

INDENIZAÇÃO PELO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

Art. 15 – Para fins de indenização, os investimentos realizados por força de obrigações firmadas em contratos precedidos ou não de licitação, serão considerados integralmente amortizados ou depreciados até o término do prazo contratual e, por isso, não serão objeto de indenização.

§ 1º – No caso dos contratos não licitados em que o modelo de regulação considere um prazo de amortização ou depreciação dos investimentos maior do que o prazo contratual, deverá ser verificada a modicidade tarifária pela ARIS-MT, observada a norma de referência de modelo de regulação tarifária.

§ 2º – Excepcionalmente, poderá ser considerada indenização de parcela não amortizada ou depreciada no prazo contratual, desde que o investimento a ser indenizado esteja pactuado no contrato de concessão.

Art. 16 – Os investimentos incrementais de contratos de concessão precedidos de licitação, realizados ao longo do prazo contratual, também serão considerados integralmente amortizados ou depreciados quando do advento do termo.

§ 1º – Investimentos incrementais extraordinários originados por eventos não previsíveis podem ter prazos de amortização maiores do que o prazo contratual, desde que:

I – haja comprovação do fato extraordinário originário dos investimentos acompanhado de justificativas técnicas registradas à época pela ARIS-MT.

II – sendo o saldo remanescente indenizado no encerramento do contrato.

§ 2º – O disposto no caput é válido, desde que não haja disposição contratual específica que estabeleça prazo distinto.

Art. 17 – Na ausência ou inaplicabilidade de metodologia de indenização em contratos não licitados, a escolha da metodologia deverá ser justificada pela ARIS/MT, e observar as seguintes etapas:

I – a metodologia de cálculo deverá ser consistente com a regra utilizada para a formação da Base de Remuneração Regulatória – BRR nos processos tarifários, ajustada pelos efeitos da aplicação de índice de aproveitamento, quando couber, descontados os valores correspondentes a doações e subvenções;

II – nos casos em que não houver BRR e em que existam as informações históricas necessárias para a aplicação da referida metodologia de Custo Histórico Corrigido – CHC, de que trata o art. 10, adotar-se-á a metodologia de CHC;

III – na ausência das informações históricas de que trata o art. 10 adotar-se a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso II do caput, as regras sobre as vidas úteis regulatórias e as taxas de amortização e/ou depreciação dos investimentos são aquelas regulamentadas pela Receita Federal do Brasil – RFB.

Art. 18 – Na impossibilidade de aplicação da metodologia de indenização de ativos prevista em contrato, adotar-se-á VNR – Valor Novo de Reposição.

Art. 19 – Os investimentos realizados após o término do prazo contratual não estão sujeitos à indenização.

Parágrafo único. Investimentos necessários à garantia da continuidade da prestação do serviço são elegíveis para fins de indenização, desde que:

I – tenham sido autorizados pela ARIS-MT; e

II – não possam ser arcados pelo titular.

CAPÍTULO VI

EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO

Art. 20 – Na hipótese de extinção antecipada dos contratos, a indenização deverá observar os termos contratuais, as normas regulatórias e a legislação vigente.

Art. 21 – Caberá à ARIS MT responsável pela regulação e fiscalização do contrato a apuração dos valores devidos a cada item indenizável.

Art. 22 – Para os contratos licitados existentes em que não haja previsão contratual da metodologia, a escolha deverá ser justificada pela ARIS MT, considerada a possibilidade de acordo entre as partes, dentre as etapas a seguir:

I – quando a tarifa tiver sido calculada pelo fluxo de caixa do projeto, a metodologia de cálculo será a do Valor Justo; ou

II – nos casos em que a tarifa for formada a partir da BRR, a metodologia de cálculo deverá ser consistente com a regra utilizada pelo regulador para a formação da BRR nos processos tarifários, ajustada pelos efeitos da aplicação de índice de aproveitamento, quando couber, descontados os valores correspondentes a doações e subvenções; ou

III – na ausência das informações históricas de que trata o art. 8º, a ARIS MT deve adotar a metodologia do VNR – Valor Novo de Reposição.

Art. 23. Os contratos licitados a partir da vigência desta norma deverão adotar a metodologia do Valor Justo, de acordo com o disposto nesta norma.

Seção I

Da Encampação

Art. 24 – Para os contratos licitados firmados na vigência desta norma, em caso de extinção antecipada por encampação, a indenização será igual ao Valor Justo dos Ativos, que corresponderá ao valor presente líquido do fluxo de caixa livre do acionista somado às dívidas com terceiros, desde que prudentes e proporcionais, e aos custos de ruptura incorridos pela contratada em razão da extinção antecipada.

Art. 25 – Para os contratos não licitados, silentes quanto à metodologia de indenização, em casos de extinção por encampação, deverão ser observadas as etapas previstas no art. 17.

Parágrafo único. Os custos de ruptura incorridos pela contratada em razão da extinção antecipada deverão ser somados ao valor calculado para a indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.

Art. 26 – Para os contratos licitados que não contenham previsão de metodologia de indenização de ativos, em caso de extinção antecipada por encampação, deverão ser observadas a regra do art. 22 e as recomendações abaixo:

I – no caso de adoção da metodologia do Valor Justo, usar a regra do art. 24.

II – no caso de adoção das metodologias sugeridas nos incisos II e III do art. 22 somar ao valor calculado para a indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados os custos de ruptura incorridos pela contratada em razão da extinção antecipada.

Art. 27 – Os custos de ruptura, relativos ao encerramento antecipado do contrato, contemplam o saldo de passivo decorrente de multas por rescisões trabalhistas e, ainda, por rescisões contratuais com terceiros e fornecedores.

Seção II

Da Caducidade

Art. 28 – Para os contratos licitados firmados na vigência desta norma, extintos antecipadamente por caducidade, a indenização será igual ao Valor Justo dos Ativos, que corresponderá ao valor presente líquido do fluxo de caixa livre do projeto, descontado os valores correspondentes às penalidades cabíveis.

Art. 29 – Na ausência de metodologia de indenização em contratos não licitados, extintos por caducidade, deverão ser observadas as etapas previstas no art. 17.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às penalidades cabíveis devem ser descontados do valor calculado para a indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.

Art. 30 – Para os contratos licitados extintos antecipadamente por caducidade, em que não haja previsão contratual da metodologia de cálculo de indenização, sugere-se observar as possibilidades arroladas no art. 22, e as recomendações abaixo:

I – no caso de adoção da metodologia do Valor Justo, usar a regra do art. 28.

II – no caso de adoção das metodologias sugeridas nos incisos II e III do art. 22, descontar os valores correspondentes às penalidades cabíveis do valor calculado para a indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.

Art. 31 – Os custos decorrentes do encerramento antecipado do contrato em razão de caducidade deverão ser arcados pelo prestador de serviços e não são passíveis de indenização.

CAPÍTULO VII

DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

Art. 32 – Os valores recebidos pelos prestadores de serviço a título de doação ou subvenção para investimentos em bens reversíveis não serão computados para fins de indenização, nos termos do § 1º do art. 42, da Lei nº 11.445, de 2007.

§ 1º – Também não serão objeto de indenização os bens adquiridos ou recebidos na forma do caput do artigo.

§ 2º – O prestador tem o ônus de comprovar que o bem não foi objeto de doação ou adquirido com recursos não-onerosos e, caso isso não seja possível, o bem não será computado para fins de indenização.

§ 3º – Caberá à ARIS-MT, responsável pela regulação e fiscalização do serviço prestado, a apuração dos valores e bens recebidos que serão descontados no processo indenizatório.

CAPÍTULO VIII

DA CONTABILIDADE

Art. 33 – Até que seja publicada norma de referência sobre a contabilidade regulatória aplicada ao setor de saneamento básico, os valores e bens recebidos sem ônus pelo prestador de serviço, a título de doação, subvenção ou outras fontes não onerosas, deverão ser controlados separadamente em registros contábeis específicos que permitam a completa identificação dos recursos.

Art. 34 – Nos casos de existência de sistemas integrados, os prestadores deverão, nos termos do art. 18, da Lei nº 11.445, de 2007, manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios ou regiões atendidas.

Art. 35 – A quota de depreciação ou amortização deverá ser contabilizada, respeitando o prazo contratual e/ou a vida útil regulatória dos bens definida pelo arcabouço regulatório vigente aplicável ao contrato de prestação de serviços.

CAPÍTULO IX

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 36. Caberá à ARIS-MT a regulamentação dos prazos para envio e a análise das informações necessárias no processo de indenização, de que tratam o art. 8º.

§ 1º – A ARIS-MT deverá considerar o prazo de término do contrato, bem como a expectativa para nova licitação ou assunção da prestação do serviço para definição dos prazos.

§ 2º – Os prazos deverão ser suficientes para elaboração, auditoria e disponibilização das informações por parte do prestador, bem como para análise, fiscalização e homologação dos valores de indenização pela ARIS-MT

§ 3º – O processo de cálculo da indenização deverá ser finalizado pelo menos um ano antes do prazo do término do contrato, com vistas a possibilitar o atendimento no art. 42, § 5º da Lei nº 11.445, de 2007, no tocante ao pagamento da indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados pelo titular ou pelo novo prestador.

§ 4º – O valor da indenização apurado será atualizado até o efetivo pagamento.

Art. 37 – A ARIS-MT avaliará anualmente a situação cadastral, física e operativa dos bens reversíveis, de acordo com o disposto no art. 42, § 2º da Lei nº 11.445, de 2007, devendo ao final do contrato apresentar relação definitiva que será considerada em eventual processo indenizatório e de reversão.

CAPÍTULO X

REVERSÃO DOS ATIVOS

Art. 38 – Os bens reversíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço deverão ser revertidos ao Poder Concedente ao término do prazo contratual.

§ 1º – A reversão dos bens ao Poder Concedente ocorrerá quando a exploração dos serviços for retomada e executada pela administração direta ou indireta do Município.

§ 2º – Por ocasião de nova licitação ao término do contrato, a critério do Poder Concedente, os bens reversíveis vinculados ao serviço **poderão ser transferidos diretamente ao novo prestador.**

§ 3º – A reversão dos bens será efetivada somente quando do pagamento da indenização dos ativos não amortizados ou depreciados.

§ 4º – No caso em que ocorrer a transferência direta, conforme previsão em edital licitatório, o prestador que assumir o serviço deverá até a data de transferência dos bens, indenizar, quando couber, o prestador anterior pelos ativos ainda não depreciados ou amortizados.

§ 5º – Não serão revertidos ao Poder Concedente os bens ou sistemas integrados enquanto houver algum contrato vigente com o prestador de serviço valores a indenizar.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 – Serão considerados, no processo indenizatório, os investimentos em bens e instalações em fase de construção, desde que:

I – tenham sido realizados no objeto do contrato e serviço;

II – estejam em perfeitas condições de serem aproveitados na prestação do serviço.

Art. 40 – Nos casos de prestação direta de serviço, os investimentos não amortizados ou depreciados realizados com recursos do titular do serviço, **não darão ensejo a qualquer indenização.**

Art. 41 – Na hipótese de incerteza ou dissenso acerca do valor devido a título de indenização, os valores provenientes de recursos de outorgas e destinados à indenização poderão ser depositados em juízo pelo licitante vencedor, mantidos em conta exclusiva para esse fim, até que decisão final seja proferida, com vistas a evitar a interrupção dos serviços e dos procedimentos licitatórios.

Parágrafo único. Os valores depositados em juízo que não forem considerados devidos, no todo ou em parte, ao prestador serão utilizados para fins de modicidade tarifária.

Art. 42 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, Mato Grosso, 05 de setembro de 2025.

WEMER FRANCIS RODRIGUES DA SILVA

Diretor Presidente – ARIS-MT

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Técnico – ARIS-MT

CARLOS KATSUMI MINAKAMI

Diretor Administrativo e Financeiro – ARIS-MT

BRUNO CORDOVA FRANÇA

Procurador Jurídico Chefe – ARIS-MT

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 50 DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, que dispõe sobre a matriz de riscos para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS/MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, bem como na Resolução ANA nº 178/2024.

CONSIDERANDO que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT tem por competência normatizar, regular e fiscalizar os serviços públicos e suas respectivas tarifas, prestados de forma indireta por meio de delegação à iniciativa privada por intermédio de concessão.

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 20 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

CONSIDERANDO o art. 23. da Lei Federal nº 11.445, de 2007, que estabelece que a entidade reguladora, observadas as diretrizes determinadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo sob o Memorando nº 185/2025 da ARIS MT.

RESOLVE:

Aprovar a resolução que dispõe sobre a matriz de riscos para contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Esta resolução trata da matriz de riscos dos contratos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, firmados entre o prestador de serviço e o titular do serviço público ou quem exerça a titularidade em caso de prestação regionalizada, e aplica-se aos contratos futuros licitados e aos contratos existentes não licitados pelos municípios regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/MT.

Parágrafo único – Os contratos celebrados antes da vigência desta Resolução poderão incluir dispositivos mediante acordo entre titular e prestador de serviços, desde que ouvida a ARIS MT e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 2º – Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I – área de concessão: área geográfica definida em contrato ou outro instrumento legalmente admitido, na qual o prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II – bens reversíveis: bens vinculados à operação e imprescindíveis para a continuidade da prestação do serviço;

III – ciclo tarifário: intervalo de tempo entre as revisões tarifárias periódicas;

IV – contratos existentes: contratos firmados ou cujos editais de licitação tenham sido publicados até a publicação desta Norma;

V – matriz de riscos: cláusula, podendo remeter a anexo do contrato, que define a repartição objetiva de riscos entre as partes, para arcar com as consequências de eventos supervenientes à contratação que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES SEÇÃO I DA ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS

Art. 3º – A matriz de riscos deve conter listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º – A matriz de riscos deve ser compatível com as cláusulas de direitos e obrigações das partes.

§ 2º – A descrição dos riscos na matriz deve ser objetiva, exata, clara e suficiente para a sua caracterização.

§ 3º – A matriz de riscos não deverá conter disposições que possam ser tratadas em outras cláusulas contratuais, como sanções e penalidades,